

# CONCURSO PÚBLICO TRIUNFO 02/07 TARDE



## GUARDA MUNICIPAL

# igeduc

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

---

**Leia atentamente as informações abaixo:**

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
  - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
  - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
  - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
  - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em [concursos.igeduc.org.br](http://concursos.igeduc.org.br).
- 

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS  
(de 1 a 80)**

**Julgue os itens a seguir.**

01. Como medida de prevenção e combate a incêndios, é vedado o fechamento de saída de emergência com chave durante a jornada de trabalho.
02. Busca completa ou revista íntima é a mais invasiva e constrangedora modalidade de revista, porém não poderá ser substituída por outros métodos de revista.
03. A busca pessoal é aquela realizada sobre o corpo do indivíduo e se estende aos seus pertences pessoais, sempre incluindo celular.
04. As vagas específicas para pessoas com deficiência deverão ser oferecidas por todas as instituições públicas, pois não podem elas concorrer a qualquer vaga de emprego, por não terem capacidade de realizar as atividades específicas do cargo.
05. O artigo que define o conceito de drogas na Lei Antidrogas é considerado norma penal em branco.
06. O uso de algemas é excepcional e ocorrerá apenas em situações específicas, sob pena de, entre outras, responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou autoridade.
07. Havendo outra medida adequada, sob nenhuma hipótese, poderá ser aplicada a internação de crianças e adolescentes.
08. No contexto dos primeiros socorros, a avaliação primária se presta a identificar problemas que possam ameaçar a vida.
09. Para a criminologia, evidência é tudo aquilo encontrado no local do crime, que pode ou não ter relação com o fato, enquanto isso, os vestígios são as evidências que, depois de analisadas, serão descartadas.
10. Em virtude da popularização do delta-9-tetrahydrocannabinol para usos medicinais, não se faz mais necessário pedir autorização para o plantio e a produção da planta da qual se extrai essa substância à autoridade competente.
11. A aquisição de munição de armas de fogo de uso permitido não possui restrições em relação a calibre ou quantidade.
12. A fim de promover melhores condições de atendimento aos usuários dos serviços nas entidades públicas, os canais de atendimento presenciais devem estar instalados em espaço que privilegiem a acessibilidade.
13. No contexto da segurança da informação, a indisponibilidade do serviço ou DoS (do inglês, Denial of Service) não constitui um ataque, mas sim uma eventual perda de conexão em decorrência de problemas de hardware como mal contato nas placas de rede.
14. Quando um servidor público age de modo a ferir os princípios institucionais e administrativos, tomando decisão, ou deixando de cumprir algumas de suas responsabilidades com o objetivo de garantir benefício próprio, configura-se: dilema profissional.
15. As ordens do Agente de Trânsito terão prevalência diante das normas de circulação.
16. Constitui diretriz de atendimento ao público respeitar a ordem de chegada, independente de preferências estabelecidas em lei.
17. O não oferecimento de defesa em processo administrativo ambiental obsta a decisão da autoridade competente.
18. Em razão de autuação de crime em flagrante, a autoridade policial poderá acessar mensagens contidas em um celular apreendido.
19. Em caso de suspeita de violência contra pessoa idosa, ela deverá ser encaminhada obrigatoriamente a um abrigo ou a um lugar seguro até que sejam encerradas as investigações.
20. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, a reprovação em inspeção de gases poluentes implica na remoção do veículo e no recolhimento do documento de habilitação.
21. As formas de violência doméstica e familiar contra a mulher dispostas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), possuem rol taxativo.

22. As ameaças, no contexto da segurança eletrônica, são qualquer causa potencial de um incidente indesejado que geram dano e exploram as vulnerabilidades de um sistema.
23. À luz da ética, uma profissão tanto pode enobrecer quanto desmoralizar um indivíduo.
24. Publicação em redes sociais, que incita a discriminação de pessoa em razão de deficiência, é punível com detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos apenas.
25. Nos primeiros socorros, durante a avaliação da vítima, é dispensável estabelecer qualquer comunicação com o indivíduo acidentado.
26. Antecipação e reconhecimento de riscos e monitoramento da exposição de riscos são exemplos de etapas do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).
27. A concretização de um plano de emergência depende apenas de seu nível de detalhamento.
28. Profissionais de entidades públicas ou privadas que trabalhem com o público infantojuvenil devem estar capacitados a reconhecer e a comunicar as suspeitas ou os casos de violência contra crianças e/ou adolescentes ao Conselho Tutelar.
29. A ligação de vários equipamentos numa mesma tomada através de um "PLUG T" ou "benjamim" é prática segura e recomendada por normas técnicas de prevenção de incêndios.
30. As informações necessárias ao atendimento ao público deverão ser repassadas sempre que possível em linguagem técnica, rica em jargões e termos especializados.
31. No Brasil, é assegurado o livre exercício de cultos religiosos enquanto não forem contrários à ordem, à tranquilidade e ao sossego público.
32. Quando se trata de medidas coletivas de controle contra riscos ambientais, não se fará necessário o treinamento dos trabalhadores ou servidores da entidade.
33. Em razão de divergências em reunião de condomínio, um dos condôminos passa a espalhar montagens fotográficas na internet a fim de expor vizinho idoso ao ridículo. Neste caso, o condômino responderá por crime previsto no Estatuto do Idoso.
34. O curador que reter o cartão magnético que confere à pessoa com deficiência o meio de obtenção de benefícios para, assim, obter vantagem indevida, responderá por crime previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, com pena aumentada.
35. O Brasil poderá prestar informações bem como pode solicitar a outros países informações pertinentes a produtores e traficantes de drogas ilícitas e seus precursores químicos.
36. O conceito de virtudes complementares, à luz da ética profissional, compreende aquelas que ampliam as virtudes básicas e completam o valor da ação do profissional.
37. As penalidades aplicadas ao crime de perseguição não prejudicam a aplicação das demais penas relacionadas à violência sofrida pela vítima.
38. Os direitos humanos possuem diversas características, dentre elas pode-se citar a renunciabilidade e a prescritibilidade.
39. O proprietário de arma de fogo adquirida de forma regular pode, a qualquer tempo, entregá-la à Polícia Federal, não estando autorizado o recebimento de indenização.
40. De acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, a integridade mental dos internos somente passará a ser dever do Estado nos casos em que houver ameaça à integridade física de outros internos.
41. As políticas públicas de segurança não só devem abranger os integrantes do SUSP, mas também outras áreas do serviço público.
42. A circunstância de seca ou inundação agrava as penas dos crimes ambientais quando não os qualificarem.
43. As plantações ilícitas serão destruídas, entretanto deverá aguardar autorização judicial ao fim do processo penal.
44. Uma pessoa jurídica constituída com o objetivo preponderante de ocultar a prática de crime ambiental terá decretada a sua liquidação forçada.
45. Nos casos de violência doméstica em que se verifique registro ou porte de arma de fogo em nome do agressor, a autoridade policial deverá notificar a ocorrência à instituição responsável pela concessão do registro ou emissão do porte.
46. Possuir as capacidades necessárias ou exigíveis por lei para o desempenho eficaz de uma profissão regulamentada não é um dever ético.
47. No âmbito do SUSP, as operações combinadas, planejadas e desencadeadas em equipe só poderão ser investigativas ou de inteligência.
48. A pessoa com deficiência poderá solicitar atendimento domiciliar quando seu deslocamento aos órgãos públicos lhe imponha ônus desproporcional e indevido para atender seus interesses.
49. A Constituição Federal estabelece como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil implementar políticas públicas que favoreçam a moralidade administrativa.
50. Será considerado crime a condução de veículo sob influência de álcool apenas se a concentração dessa substância for superior a 0,6 miligrama por litro de ar alveolar.
51. Um Plano de Ação de Emergência possui, como elementos objetivos, dentre outros, estar direcionado para uma ameaça específica ou as mais frequentes e organizar exercícios de simulação de desastres que testem os mecanismos de resposta.
52. A cadeia de custódia, em criminalística, refere-se ao período entre a prisão em flagrante, com identificação e guarda do indivíduo, até sua apresentação ao juiz em 24h.
53. Se durante a identificação civil houver indícios de que o documento apresentado contém falsificação, o indivíduo será identificado criminalmente.

54. O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) é obrigatório apenas para as instituições onde exista a exposição de trabalhadores a agentes químicos e biológicos.
55. O processo APELL é um tipo de plano de emergência que não envolve a comunidade.
56. Responderá pelos crimes de homicídio culposo em concurso com o crime com omissão de socorro, aquele que atropelar acidentalmente uma pessoa, não prestar assistência e a vítima vir a falecer.
57. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, para serem equivalentes às Emendas Constitucionais, devem ser aprovados na Câmara dos Deputados e no Senado, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
58. O Procurador-Geral de Justiça poderá, a qualquer momento do processo ou inquérito, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos e com o objetivo de assegurá-los, suscitar o deslocamento de competência para a Justiça Federal.
59. No contexto de violência contra a mulher, o descumprimento de decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência é considerado uma infração administrativa, que enseja apenas aplicação de multa.
60. O certificado de registro de arma de fogo será expedido pelo SINARM com autorização da Polícia Federal.
61. O adolescente privado da liberdade necessitará obrigatoriamente de advogado para peticionar a qualquer autoridade.
62. O afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência poderá ser feito por policiais quando constatado risco atual ou iminente à vida ou à integridade da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes.
63. Com o objetivo de realizar o atendimento ao público, as unidades prestadoras de serviços públicos devem dispor de canais de comunicação presenciais e não presenciais.
64. As entidades de atendimento de pessoas idosas não estão obrigadas a oferecer atividades esportivas ou culturais ou a propiciar assistência religiosa aos idosos.
65. O conceito de comunicação gestual está limitado ao uso da Linguagem Brasileira de Sinais.
66. Quartos de hotéis constituem exceção à proteção constitucional ao domicílio, podendo ser adentrados sem a necessidade de permissão ou mandado de busca e apreensão.
67. O diretor responsável por uma empresa de segurança e transporte de valores possui o prazo de 24 horas para registrar a ocorrência policial em razão de extravio de armas de fogo. O não registro configura o crime de omissão de cautela.
68. A alteração de aspecto ou da estrutura de edificação protegida por lei em razão do seu valor monumental não está sujeita a autorização prévia de entidade pública.
69. A Lei Nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que trata do Sistema Nacional de Armas (SINARM), estabelece condições para o porte de arma de fogo da guarda municipal.
70. Comburente, calor, combustível e reação em cadeia compõem a pirâmide do fogo e, para se extinguir um incêndio, haverá eliminação de um destes fatores.
71. Aquele que clona contas de redes sociais através de informações obtidas com a vítima, e se passa por ela a fim de solicitar dinheiro, responderá pelo crime de estelionato por fraude eletrônica.
72. O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo e seu conselheiro tem a presunção de idoneidade moral.
73. A exigência de quantia de dinheiro a pretexto de "vigiar" carro estacionado em local público poderá ser considerada extorsão, dependendo do caso em concreto.
74. Características da pele, como temperatura, cor e aspecto, por exemplo, podem ser consideradas como um indicativo do estado da vítima de um acidente.
75. O direito ao esquecimento é uma garantia fundamental presente no Inciso LXXX do Artigo 5º da Constituição Federal.
76. A coabitação entre agressor e vítima é necessária para que se configure a violência doméstica.
77. De acordo com o Princípio de Locard – que é aplicado à cena do crime – cada contato deixa um rastro.
78. À ação ou à omissão de um agente público – intencional ou acidental – que resulta no comprometimento de informações ou de comunicações, atribui-se o conceito de Segurança da Informação e Comunicações.
79. A defesa dos direitos humanos positivados no ordenamento jurídico brasileiro leva a uma redução da responsabilidade civil e penal dos cidadãos.
80. Os instrumentos utilizados em infrações ambientais serão apreendidos, devendo ser reaproveitados em operações de prevenção e repressão a infrações e crimes ambientais.

### QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 81 a 100)

#### Julgue os itens que se seguem.

81. O soldado Genival decidiu guardar uma parte do seu salário em uma conta poupança que oferece uma taxa de juros de 0,5% ao mês. Ele possui o hábito de realizar os depósitos no primeiro dia de cada mês, que coincide com a data em que recebe o seu salário. Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023, Genival fez depósitos de R\$ 1.000,00, cada. Considerando essas informações, é correto afirmar que o valor acumulado em sua conta no dia 1 de março de 2023, após o terceiro depósito, será superior a R\$ 3.100,00.
82. Com o Novo Acordo Ortográfico, deixou-se de usar o acento diferencial na forma pode (com a pronúncia pôde), conjugação no pretérito perfeito do indicativo, ficando a cargo do contexto a diferenciação da forma no presente pode (com pronúncia aberta).
83. O vocábulo "chapéu" é acentuado por ser uma oxítone terminada no ditongo aberto "-éu".
84. Os termos "miope", "míngua" e "supérfluo" são acentuados pelo mesmo motivo gramatical de "nódoa".

85. Os termos "previlégio", "duqueza", "fraqueza" e "exceção" estão grafados adequadamente segundo as normas ortográficas da Língua Portuguesa.
86. A frase "foi desenvolvido diversos aplicativos de compartilhamento de ideias e de mídias – as redes sociais" está de acordo com as normas de concordância da gramática padrão.
87. Na sentença "Se se fizer uma análise do problema, ver-se-ão causas diversas e interconectadas", foram respeitadas todas as normas gramaticais de concordância, colocação pronominal e ortografia.
88. A sentença "ninguém avisou-me" foge às regras gramaticais de colocação pronominal, devendo ser corrigida com o uso da próclise: "Ninguém me avisou".
89. Durante uma semana de promoção internacional, um site de venda de celulares decidiu oferecer grandes descontos aos seus clientes. Antes de aplicar um desconto de 45% em todos os produtos, o site aumentou os preços de todos os itens em 45%. Nessa situação, é correto afirmar que o desconto real oferecido pelo site foi inferior de 20%.
90. No restaurante da prefeitura, um funcionário municipal deseja tomar um cafezinho. O copo de café fornecido a ele tem a forma de um tronco de cone reto, com volume de  $52\pi$  ml, altura de 3 dm e raio de uma das bases de 6 dm. Portanto, podemos afirmar corretamente que o raio da outra base é um valor inferior a 3 dm.
91. Agildo é dono de uma gráfica que possui várias máquinas de impressão. Ele tem conhecimento de que três dessas máquinas são capazes de imprimir 16.000 cartazes em um período de 12 dias, trabalhando 8 horas por dia com uma eficiência de 80%. Agora, precisamos determinar por quanto tempo oito máquinas serão necessárias para imprimir 48.000 cartazes, considerando que elas trabalham 6 horas por dia com uma eficiência de 100%. Nesse caso, podemos concluir que o tempo necessário será superior a 15 dias.
92. A Guarda Municipal de uma cidade está planejando a construção de um centro de treinamento com formato retangular. Eles possuem 400 metros de telas disponíveis para utilizar cercando os três lados da área do centro de treinamento, pois uma parede existente funcionará como o quarto lado. Neste caso, é correto afirmar que a área máxima do centro de treinamento é um valor superior a 20.000 m<sup>2</sup>.
93. Numa cidade, duas praças foram construídas com as formas de um quadrado e um losango, ambas com mesmo perímetro. Para realizar uma reforma nesses espaços, a prefeitura precisa saber a razão entre a área da praça quadrada e da praça com forma de losango. Sabendo que as diagonais do losango estão entre si como  $3/5$  e a diferença entre elas é de 80 metros. Podemos afirmar que a razão que a prefeitura necessita corresponde a  $37/15$ .
94. Durante um concurso para seleção de novos guardas municipais, os candidatos selecionados para as seis vagas iniciais tiveram suas notas iguais a 7,2 – 8,7 – 6,8 – 7,2 – 9,1 e 8,4. Assim, é correto afirmar que as notas média, mediana e a nota modal desses candidatos aprovados são, respectivamente: 7,9 – 7,8 – 7,2.
95. Ao Município de Triunfo compete, privativamente, dispor sobre organização administrativa e execução dos serviços locais, segundo a Lei Orgânica do Município de Triunfo.
96. Todo o procedimento em matéria processual é de competência exclusiva da União, segundo a CF/88.
97. É competência exclusiva do Município de Triunfo estabelecer a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual e Plurianual de Investimentos, segundo a Lei Orgânica do Município de Triunfo.
98. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Município legislar sobre orçamento.
99. Dispor sobre serviços funerários e de cemitério é de competência privativa do Município de Triunfo, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município de Triunfo.
100. Nos termos da CF/88, a lei complementar irá fixar normas para cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

**RASCUNHO**